

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

Os principais produtos da Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") no exercício foram: (i) o seguro Prestamista (Pan Proteção), cujos prêmios totalizaram R\$ 122,2 milhões, ou 74,5% do total; (ii) o seguro DPVAT, com R\$ 37,8 milhões, correspondendo a 23,0% do total; (iii) o seguro de acidentes pessoais, com prêmios de R\$ 5,2 milhões, representando 3,2% do total; (iv) o seguro habitacional, com receita de R\$ 3,4 milhões, o equivalente a 2,0% do total.

As despesas administrativas da Pan Seguros somaram R\$ 15,5 milhões no exercício de 2013, com redução de 11,4% em relação ao ano anterior. Em 2013, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$ 76,8 milhões, 32,8% acima do resultado operacional de R\$ 57,8 milhões em 2012.

O lucro líquido da Pan Seguros no exercício foi de R\$ 50,8 milhões, incluindo o efeito líquido não recorrente de R\$ 7,8 milhões da adesão ao REFIIS. 35,4% acima do lucro de R\$ 37,4 milhões em 2012.

O Patrimônio Líquido da Pan Seguros atingiu R\$ 181,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, 7,7% acima dos R\$ 168,2 milhões de 2012.

Em AGO realizada em 28/03/2013, foi deliberada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 30,5 milhões que foram pagos no exercício de 2013 e em AGE realizada em 10/02/2014, foi deliberada a distribuição de dividendos extraordinários no valor de R\$ 55,0 milhões.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Atendendo à Carta-Circular SUSEP/DECON nº 002/03, complementada pelas orientações fornecidas na Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011, declaramos que a empresa possui capacidade financeira compatível com as suas operações, e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento".

AUDITORES INDEPENDENTES

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e envolvimento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014.
A Administração

SENHORES ACIONISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Pan Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") é uma empresa controlada pelo Banco Panamericano S.A. ("Panamericano" ou "Banco"), que detém 99,99% de seu capital total, sendo que suas ações não são negociadas em Bolsas de Valores. A Seguradora possui forte penetração em vários segmentos das classes sociais, atuando nos segmentos de Seguros de Pessoas, nos ramos de Acidentes Pessoais Coletivos, Danos Pessoais (DPVAT), Vida em Grupo, Renda de Eventos Aleatórios (seguro desemprego) e Prestamista. As atividades e serviços prestados possuem forte sinergia com as operações de crédito do controlador, o que complementa o portfólio de serviços oferecidos aos clientes e agrega relevante valor aos acionistas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Em 2013, os prêmios de seguros totalizaram R\$ 164,0 milhões, com expressivo crescimento de 32,8% em relação ao faturamento de R\$ 123,0 milhões em 2012.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		223.583	181.999
Disponível		1.062	25
Caixa e bancos	5	1.062	25
Equivalente de caixa	5		5
Aplicações	6	182.987	163.703
Créditos das operações com seguros e resseguros		15.704	10.900
Prêmios a receber	7.1	13.138	10.008
Operações com seguradoras	7.2	527	157
Operações com resseguradoras	7.2	1.234	–
Outros créditos operacionais	7.2	805	735
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	7.2	1.107	(62)
Títulos e créditos a receber		2.932	3.803
Títulos e créditos a receber	7.2	1.103	2.333
Créditos tributários e previdenciários	8	492	52
Outros créditos	7.2	1.337	1.418
Despesas Antecipadas		161	161
Custo de aquisição diferidos	10	19.630	3.464
Seguros		19.630	3.464
Ativo não Circulante		181.888	191.873
Realizável a Longo Prazo		163.362	173.838
Aplicações	6	145.445	138.824
Títulos e créditos a receber		17.917	35.014
Créditos tributários e previdenciários	8	15.770	34.614
Depósitos judiciais e fiscais	7.2	2.073	298
Outros créditos operacionais	7.2	74	102
Investimentos		17.566	17.470
Participações societárias	11.a	15.299	15.111
Imóveis destinados à renda	11.b	2.198	2.279
Outros investimentos		69	80
Imobilizado		132	113
Bens móveis		132	113
Intangível		828	452
Outros intangíveis		828	452
Total do Ativo		405.471	373.872

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		188.955	170.820
Contas a pagar	14	26.162	25.952
Obrigações a pagar	20	15.626	3.739
Impostos e encargos sociais a recolher	17.a	81	108
Encargos trabalhistas	17.b	10.158	21.783
Impostos e contribuições	16	132	113
Outras contas a pagar	15	7.144	662
Débitos de operações com seguros e resseguros		5	16
Prêmios a restituir		1.314	562
Operações com seguradoras		2.591	49
Operações com resseguradoras		3.234	35
Corretores de seguros e resseguros		1.797	260
Depósitos de terceiros	12	153.585	143.566
Provisões técnicas - seguros		153.585	143.566
Pessoas	13	267	380
Provisões técnicas - previdência complementar		267	380
Plano não bloqueados		35.259	34.871
Passivo não Circulante		35.259	34.871
Contas a pagar	20	837	972
Obrigações a pagar		821	962
Tributos Diferidos		16	10
Provisões técnicas - seguros	12	29.086	–
Pessoas	12	29.086	–
Outros débitos	19	5.336	33.899
Provisões judiciais		5.336	33.899
Patrimônio Líquido		181.257	168.181
Capital social	21	181.257	71.256
Reservas de lucros		109.976	96.915
Ajuste de avaliação patrimonial		25	10
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		405.471	373.872

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de Lucros				Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto			
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	71.256	7.609	53.931	–	22	–	132.818
Créditos e Valores Mobiliários					(12)		(12)
Lucro líquido do exercício						37.492	37.492
Proposta para distribuição do resultado						(1.875)	(1.875)
Reserva legal		1.875	–	–		(33.500)	(33.500)
Reserva estatutária		–	33.500	–		(2.117)	(2.117)
Juros sobre o capital próprio/dividendos		–	–	–			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	71.256	9.484	87.431	–	10	–	168.181
Títulos e Valores Mobiliários					15		15
Lucro líquido do exercício						50.794	50.794
Dividendos propostos			(30.500)				(30.500)
Proposta para distribuição do resultado						(2.540)	(2.540)
Reserva legal (nota 21)		2.540	–	–		(41.021)	(41.021)
Reserva estatutária (nota 21c)		–	41.021	–			
Juros sobre o capital próprio/dividendos		–	–	–		(7.233)	(7.233)
Dividendo proposto extraordinário		–	–	(55.000)			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	71.256	12.024	42.952	55.000	25	–	181.257

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Pan Seguros S.A. ("Seguradora") anteriormente denominada Panamericana de Seguros S.A. é uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional, Danos Pessoais (DPVAT) e em outubro de 2013 foi autorizada pela SUSEP a operar em seguros de Danos. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de parte da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo Pan. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as instituições. A Seguradora é diretamente controlada (99,99%) pelo Banco Pan.

Os produtos de Seguros são ofertados através de corretores de seguros e distribuídos em todo território nacional pela rede do Banco Pan.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base de preparação
 As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as disposições da Lei nº 11.638/07, bem como as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os atos normativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentados segundo critérios estabelecidos na Circular SUSEP nº 464/2013 incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pelo SUSEP.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 464/2013, Demonstração de fluxos de caixa está sendo divulgada pelo método indireto.

2.2) Moeda funcional
 As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

- 3.1) Apuração do resultado**
 a) As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.
 b) Os prêmios de Resseguros, os custos de aquisição de retrocessão e o correspondente da provisão de prêmios não ganhos, são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.
 c) Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados,

Demonstramos a seguir os ativos financeiros e suas respectivas classificações:

	31/12/2013					
Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%	
Ativos financeiros						
Aplicações	84,798	100,00	243.634	100,00	–	–
Créditos das operações com seguros						
Prêmios a receber	–	–	–	–	13.138	67,98
Prêmios de cosseguros a receber	–	–	–	–	527	2,73
Prêmios de resseguros a receber	–	–	–	–	1.234	6,39
Títulos e créditos a receber	–	–	–	–	2.440	12,62
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	879	4,55
Ativos de resseguro	–	–	–	–	1.107	5,73
Total dos ativos financeiros	84,798	100,00	243.634	100,00	19.325	100,00

	31/12/2012					
Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%	
Ativos financeiros						
Aplicações	76,997	99,99	225.530	100,00	–	–
Créditos das operações com seguros						
Prêmios a receber	–	–	–	–	10.008	68,12
Prêmios de cosseguros a receber	–	–	–	–	157	1,07
Títulos e créditos a receber	–	–	–	–	3.751	25,53
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	837	5,70
Ativos de resseguro	–	–	–	–	(62)	(0,42)
Equivalente de caixa	5	0,01	–	–	–	–
Total dos ativos financeiros	77,002	100,00	225.530	100,00	14.691	100,00

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A provisão para perdas na realização dos ativos financeiros está sendo apurada sobre prêmios, sendo constituída para os valores a receber vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de prêmios a receber. A Seguradora analisou os demais recebíveis e não há necessidade de provisão.

Mensuração dos ativos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

- Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento, que são contabilizados pelo custo amortizado.
- O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado sem favorecimentos. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, ("preço cotado" ou "preço de mercado").

- Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associadas a ele.
- Os "empréstimos e recebíveis" e "ativos financeiros mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método de "taxa efetiva de juros". Os empréstimos e recebíveis são avaliados para verificar se há reduções por não recuperação ou impossibilidade de cobrança (*impairment*).

- A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratada definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.
- Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.
- Instrumentos financeiros ao valor justo são determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos e incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada e títulos de renda fixa emitidos, divulgados na Nota 3.2(a).

3) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é classificado quando:

- o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver expirado e não mais existir;
- o titular da dívida transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e, se
- o titular da dívida transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou a Seguradora não transferiu substancialmente ou retenha substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

d) Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

3.2) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

a) Classificação dos ativos e passivos financeiros para fins de reconhecimento e mensuração
 Os ativos e passivos financeiros são classificados para fins de mensuração, conforme segue:

Ativos financeiros
 Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros "disponíveis para venda", investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*.
- Títulos disponíveis para venda: são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, mantidos até o vencimento nem como empréstimos e recebíveis, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou indetermináveis, para os quais a Seguradora tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que possuem pagamentos fixos ou determinados de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não recuperação estimadas).

Os instrumentos de dívidas classificados como "disponíveis para venda" são demonstrados ao valor justo. As receitas de juros, calculadas utilizando o método de juros efetivos, são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, se houver, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizadas em "Outros resultados abrangentes", e acumuladas na rubrica "Ajuste com títulos e valores mobiliários no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Os ativos financeiros classificados pela Seguradora na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, principalmente: créditos das operações de seguros a receber e outros recebíveis.

3.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

→ *** continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, ocasionados pelo pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da Seguradora, a provisão de IBNR é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pela Circular SUSEP nº 448/2012.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

3.10.5) Provisão de despesas relacionadas (PDR)
Visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar e na Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados.

Em resumo, a PDR é obtida através de um processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das 4 principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo:

- ALAE - Parcela 1 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR;
- ALAE - Parcela 2 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER;
- ALAE - Parcela 3 - Despesas ocorridas mas não avisadas - IBNR;
- ULAE - Parcela 4 - Despesas avisadas mas não liquidadas - PSL e IBNER.

Onde:
• **ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e**
• **ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis.**

3.11) Teste de adequação de passivos - (TAP)

Conforme Circular SUSEP nº 457, de 14/12/2012, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguero, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP nº 457, de 14/12/2012, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração da caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2013, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2013 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos - 8,00%
Seguro de Pessoas - 18,48%

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data-base de 31/12/2013, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Danos e Pessoas. Os fluxos de caixa relativos a provisão de indenizações por contrato de seguro DPVAT, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/2012.

3.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A alíquota do passivo, conforme descrito no CPC 32, de contabilidade de imposto de renda e contribuição social é usada para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de lucro serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização as quais são revistas periodicamente, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. A Seguradora está obrigada ao Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para os contratos provisionados para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.13) Ativos e provisões para riscos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes: a) Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabam mais recursos. b) Passivos contingentes: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com razoável precisão. Os passivos contingentes são reconhecidos como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

3.14) Patrimônio líquido
Capital social
As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio.

Reservas de lucros
A conta de reserva de lucros da Seguradora é composta por reserva legal, reserva estatutária e dividendos propostos.

Auração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e, observando-se o critério “Pro Rata Die”. Os prêmios de seguros e os custos de aquisição, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas aos resseguradores e outras seguradoras.

3.15) Uso de estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, dentre as estimativas contábeis críticas mais relevantes destacamos: (i) a estimativa dos créditos tributários ativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) as provisões técnicas de seguro; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.16) Demonstração de resultados abrangentes
A demonstração abrangente está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo IFRS e CPC.

3.17) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e ainda não foram aprovadas
Os pronunciamentos a seguir foram emitidos para fins de IFRS e entrarão em vigor periódicos após a data destas demonstrações contábeis:

- Alteração do IAS 32 - “Financial Instruments: Presentation” - essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Está sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

- IFRS 9 - “Financial Instruments” - o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros da Pan Seguros S.A. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2015.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS E DE SEGUROS

As principais atividades da Seguradora estão nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional e de Danos Pessoais (DPVAT):

- Seguros de Pessoas, seu foco de atuação é o Seguro de Vida em Grupo e Empresarial, Acidentes Pessoais Coletivos, destinados a pequenas e médias empresas.
- Seguro Prestamista com atuação em finanças pessoais: crédito pessoal, oferecendo coberturas de Morte, Invalidez, opcionalmente com Desemprego Involuntário e Incapacidade Temporária.
- Seguro Habitacional, comercializando exclusivamente para os clientes da Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, ambas empresas ligadas ao Grupo Pan.

- Consórcio DPVAT.

Atualmente a Seguradora possui 32 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelas Diretorias Técnica - Operacional, Administrativa - Financeira e Comercial, utilizando a estrutura de Recursos Humanos, Tecnologia, Jurídica e Marketing do Grupo Financiero Pan.

O gerenciamento de riscos é efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Seguradora.

Por essa razão, a Administração busca continuar melhorando das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados ao mercado, atualmente centralizados na rede do Banco Pan em todo território nacional, visando a proteção financeira dos nossos clientes, atendendo as necessidades nos segmentos pessoa jurídica e pessoa física, sendo este último o de maior concentração dos negócios.

A Seguradora subscreve contratos de seguro, retendo os riscos e os prêmios associados a estes contratos. Adicionalmente, ao gerenciar sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou coseguradores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos são cédidos. A Política de repasse de riscos é definida tecnicamente e atualaneamente, exclusivamente pela Diretoria Técnica - Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e evitar possíveis desvios

As operações de seguros envolvem, por parte da Seguradora, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a Seguradora está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida, na Seguradora, visa estabelecer o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências. Os produtos de seguros são submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consiste de uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de seguros, pricing e risco regulatório.

As atividades da Seguradora estão em sinergia com as operações do controlador, o Banco Pan. Os prêmios relativos aos seguros são recebidos mensalmente e em parcela única.

Os principais produtos comercializados são:

- **Prestamista:** Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de condições, na hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas condições gerais e especiais da apólice.

- **Acidentes Pessoais Coletivo:** a Seguradora oferece a garantia do pagamento de um capital segurado ao segurado ou a seu(s) beneficiário(s), na hipótese de ocorrência de eventos cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as demais condições contratuais.

- **Habitacional:** Garante a quitação total ou parcial em caso de falecimento ou invalidez total do mutuário, em decorrência do financiamento contratado, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as condições contratuais entre estipulante e a Pan Seguros.

- **Vida em Grupo:** Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado, observadas as condições gerais, especiais, e o termo de adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, invalidez permanente total ou parcial e assistência funeral, diárias de incapacidade, entre outras.

a) Política de gerenciamento de riscos
Atualmente, a política de gerenciamento de risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e capital fazem parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da Pan Seguros.

Os produtos de seguros são ofertados tanto pela rede do Banco Pan como através de corretores de seguros, devidamente cadastrados. A distribuição de seguros se dá em todo território nacional.

b) Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes. Considera-se risco de seguro o risco em que o segurado transfere para o subscritor, no caso a Seguradora, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares. Todos os principais processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da Seguradora. Cada risco e controle monitorados pela equipe da Seguradora trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista e do habitacional. As maiores concentrações são nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. Futuramente, a Seguradora irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. No final do ano de 2013 a Pan Seguros foi autorizada pela SUSEP a operar em seguro de danos. O foco da Seguradora é atuar mais diretamente nas regiões sudeste, sul e centro-oeste.

31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013	
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
Norte	8.278	6,21	8.278	6,19	506.063
Nordeste	24.810	18,60	24.810	18,56	2.557.901
Centro-Oeste	19.152	14,37	19.152	14,33	5.331.047
Sudeste	67.988	51,00	68.324	51,13	49.646.247
Sul	13.086	9,82	13.086	9,79	1.535.713
Total	133.314	100,00	133.650	100,00	59.576.971

31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013	
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
Norte	8.277	6,76	8.277	6,74	330.622
Nordeste	24.874	20,15	24.874	20,10	1.143.942
Centro-Oeste	19.141	15,63	19.141	15,59	1.942.839
Sudeste	57.406	46,87	57.711	47,01	17.111.302
Sul	12.964	10,59	12.964	10,56	636.792
Total	122.462	100,00	122.767	100,00	21.165.497

31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013	
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
Norte	8.277	6,76	8.277	6,74	330.622
Nordeste	24.874	20,15	24.874	20,10	1.143.942
Centro-Oeste	19.141	15,63	19.141	15,59	1.942.839
Sudeste	57.406	46,87	57.711	47,01	17.111.302
Sul	12.964	10,59	12.964	10,56	636.792
Total	122.462	100,00	122.767	100,00	21.165.497

31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013	
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
Norte	30	0,57	30	0,57	240.876
Sudeste	5.253	99,43	5.258	99,43	8.269.084
Total	5.283	100,00	5.288	100,00	8.509.960

31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013	
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
Sudeste	96	100,00	96	100,00	1.027.978
Sul	96	100,00	96	100,00	1.027.978

31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013	
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
Norte	11	0,55	11	0,54	3.388.208
Nordeste	105	5,21	105	5,18	1.173.008
Norte	1	0,05	1	0,05	175.441
Sudeste	1.775	88,13	1.788	88,21	6.760.483
Sul	122	6,06	122	6,02	899.921
Total	2.014	100,00	2.027	100,00	12.396.136

31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013	
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
Norte	2.526	100,00	2.537	100,00	5.717.123
Total	2.526	100,00	2.537	100,00	5.717.123

31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013	
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
Sudeste	890	100,00	892	100,00	10.095.607
Total	890	100,00	892	100,00	10.095.607

Rendimentos e Eventos Aleatórios
Região **Prêmio Líquido (*)** **%** **Prêmio Total Emitido (*)** **%** **Capital**
Sudeste 43 100,00 43 100,00 664.670
Total **43** **100,00** **43** **100,00** **664.670**

(*) Nos valores de prêmios não foram considerados os valores de PPNG-RVNE.

(b) Mapa de contratos de resseguros

Contrato	Carteira	Resseguradoras	%
Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Riscos Pessoais	Hipotecário		
Resseguro de Cota Parte - Seguro Habitacional	MIP	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Cota Parte - Seguro Habitacional	Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excesso de Danos por evento (catástrofe) - Seguro Habitacional	Prestamistas	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Cota Parte - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excesso de Danos por evento (catástrofe) - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100

Não se aplica (1) - Trata-se de Resseguro não proporcional.
d) Desenvolvimento de sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

Provisões e Pagamentos - Bruto de Resseguro	Ano de Aviso					Total
	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	
- No final do ano do aviso	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	8.899
- Um ano após o aviso	28.569	25.687	22.449	19.409	21.586	12.690
- Dois anos após o aviso	28.657	25.310	22.412	19.512	21.731	7.465
- Três anos após o aviso	28.437	25.301	22.353	19.585	-	-
- Quatro anos após o aviso	28.647	25.206	22.354	-	-	-
- Cinco anos após o aviso	28.626	25.316	-	-	-	-
- Seis anos após o aviso	28.617	-	-	-	-	-
- Estimativa corrente	28.617	25.316	22.354	19.585	21.731	7.465
- Pagamentos acumulados até a data-base	28.399	24.786	21.740	18.605	21.095	7.115
- Passivo reconhecido no balanço	218	530	614	980	636	3

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

n) Risco de liquidez
O Risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.
A Seguradora mantém níveis de liquidez adequados, resultantes da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecidas para a Seguradora, adotando como instrumentos de gestão projeções de liquidez de curto, médio e longo prazos; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

	31/12/2013		31/12/2012	
	Até 365 dias	%	Até 365 dias	%
Obrigações a pagar	15.626	63,27	3.739	78,32
Outras contas a pagar	132	0,53	113	2,37
Prêmios a Restituir	5	0,02	16	0,34
Operações com seguradoras	1.314	5,32	562	11,77
Operações com resseguradoras	2.591	10,49	49	1,03
Corretores de seguros e resseguros	3.234	13,09	35	0,73
Depósitos de terceiros	1.797	7,28	260	5,44
Total	24.699	100,00	4.774	100,00

o) Maturidade das provisões técnicas (sem DPVAT e retrocessão)

	31/12/2013			
	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
PPNG	83.438	29.086	-	112.524
PPNG-RVNE	10.025	-	-	10.025
IBNR	10.871	1.081	540	12.492
PSL (Aposentec)	67	200	-	267
Total	104.401	30.367	540	135.308

	31/12/2012			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	
PPNG	46.509	32.529	79.038	
PPNG-RVNE	9.472	-	9.472	
PCP	584	-	584	
IBNR	13.951	-	13.951	
PBaR	380	-	380	
Total	70.896	32.529	103.425	

p) Risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital, através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.
Em períodos anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Seguradora em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

(i) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	181.257	168.181
Participação em empresas controladas	(15.299)	(15.111)
Despesas antecipadas e não relacionadas a resseguro	(161)	(161)
Intangíveis	(828)	(452)
Patrimônio líquido ajustado	164.969	152.457

(ii) Margem de solvência (MS)

31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido ajustado	164.969
0,20 da receita líquida dos prêmios retidos anual - últimos 12 meses (a)	31.982
0,33 da média anual do total dos sinistros retidos - últimos 36 meses (b)	14.499
Margem de solvência (o maior valor entre (a) ou (b))	31.982
Suficiência	132.987

(iii) Capital mínimo requerido em 31 de dezembro 2013

Capital de riscos de subscrição	34.637
Capital de riscos de cred.	11.124
Capital de riscos de merc. (*)	-
Benefício da correlação entre riscos	(4.424)
Capital de risco "PARCIAL"	41.337
(*) ainda não regulamentado pela SUSEP	-
30% x CR outros	12.401
OP prêmios	543
OP provisões	275
CR oper.	543
Capital de risco (CR)	41.880
Prêmios - 0,20*PR (12 últimos meses)	31.982
Sinistros - 0,33*Média anual SR (36 últimos meses)	14.499
Margem de solvência (MS)	31.982
Capital base (CB)	15.000
Capital mínimo requerido (CMR) - Maior entre (CB, CR, MS)	41.880
Patrimônio líquido ajustável (PLA)	164.969
Insuficiência/suficiência do PLA - (PLA - CMR)	123.089
Insuficiência/Suficiência do PLA em relação ao CMR	293.91%

Circular SUSEP nº 411/2010 - Capital adicional baseado no risco de subscrição

Capital adicional - Riscos de subscrição 23.267

Resolução CNSP nº 228/2010 - Capital adicional baseado no risco de crédito

Capital adicional baseado no risco de crédito referente à parcela 1 - CAcred1 3
Capital adicional baseado no risco de crédito referente à parcela 2 - CAcred2 10.908
Capital adicional baseado no risco de crédito - CAcred 10.911

Resolução CNSP nº 227/2010 - Capital mínimo requerido

(1) Capital base	15.000
(2) Capital adicional - risco de subscrição	23.267
(3) Capital adicional - risco de crédito	10.911
(4) Benefício da correlação entre risco	(3.942)
(5) Capital adicional total	30.236
(6) Capital mínimo requerido (CMR) = (1) + (4)	45.236
(7) Margem de solvência	24.510
(8) Capital mínimo requerido (CMR) - Final = Máx [(5), (6)]	45.236
(9) Patrimônio líquido ajustável (PLA)	152.458
(10) Suficiência do PLA = (8) - (7)	107.222
(11) Suficiência do PLA em relação ao CMR = (9) / (7)	237,03%

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012
Caixas e bancos	1.062	25
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	-	5
Total	1.062	30

(*) Inclui cotas de fundo de investimento - não exclusivos, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e não estão vinculadas para a garantia de provisões técnicas de seguros.

6) APLICAÇÕES

a) Por classificação

	31/12/2013	%	31/12/2012	%
Disponíveis para venda	243.634	74,18	225.530	74,55
Negociação	84.798	25,82	76.997	25,45
Total	328.432	100,00	302.527	100,00

b) Por tipo

	31/12/2013	31/12/2012
Títulos públicos federais	221.064	215.292
Títulos privados	22.570	10.238
Cotas de fundos de investimentos - não exclusivos	84.796	76.997
Outras aplicações	2	-
Total	328.432	302.527

c) Por prazo de vencimento

	31/12/2013				31/12/2012			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor contábil e de mercado	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor contábil e de mercado
Disponíveis para venda	2	98.189	145.445	243.636	2	98.189	145.445	225.531
Títulos públicos federais (ii)	-	86.997	134.067	221.064	-	86.997	134.067	215.292
Títulos privados	-	11.192	11.378	22.570	-	11.192	11.378	10.238
Outras aplicações	2	-	-	2	2	-	-	2
Negociação	84.796	-	-	84.796	84.796	-	-	76.996
Cotas de fundos de investimento (i)	84.796	-	-	84.796	76.996	-	-	76.996
Total	84.798	98.189	145.445	328.432	84.798	98.189	145.445	302.527

(i) O valor de mercado das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos.
(ii) O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

	31/12/2013				31/12/2012			
	Quantidade	Data de vencimento	Taxa de juros - %	R\$	Quantidade	Data de vencimento	Taxa de juros - %	R\$
LFT	7.999	07/03/2014	100 do SELIC	47.155	7.999	07/03/2014	100 do SELIC	47.155
LFT	6.758	07/09/2014	100 do SELIC	39.842	6.758	07/09/2014	100 do SELIC	39.842
LFT	10.711	07/03/2015	100 do SELIC	63.153	10.711	07/03/2015	100 do SELIC	63.153
LFT	12.026	07/09/2015	100 do SELIC	70.914	12.026	07/09/2015	100 do SELIC	70.914
Total	37.494			221.064	37.494			221.064

	31/12/2012				31/12/2012			
	Quantidade	Data de vencimento	Taxa de juros - %	R\$	Quantidade	Data de vencimento	Taxa de juros - %	R\$
LFT	43	07/03/2013	100 do SELIC	234	43	07/03/2013	100 do SELIC	234
LFT	15.873	07/09/2013	100 do SELIC	86.472	15.873	07/09/2013	100 do SELIC	86.472
LFT	6.686	07/03/2014	100 do SELIC	36.425	6.686	07/03/2014	100 do SELIC	36.425
LFT	12.240	07/09/2014	100 do SELIC	66.684	12.240	07/09/2014	100 do SELIC	66.684
LFT	444	07/03/2015	100 do SELIC	2.419	444	07/03/2015	100 do SELIC	2.419
LFT	4.232	07/09/2015	100 do SELIC	23.058	4.232	07/09/2015	100 do SELIC	23.058
Total	39.518			215.292	39.518			215.292

7) EMPRÉSTIMOS E RECEÍVEIS

7.1) Composição de prêmios a receber

	31/12/2013				31/12/2012			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber (líquido)		Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber (líquido)	
Prestamista	11.646	-	11.646		11.646	-	11.646	
Acidentes pessoais coletivos	322	(7)	315		322	(7)	315	
Desemprego/perda de renda	23	-	23		23	-	23	
Vida em grupo	276	(2)	268		276	(2)	268	
Seg. habit. apol. merc. - prestamista	660	-	666		660	-	666	
Seg. habit. apol. merc. - demais coberturas	220	-	220		220	-	220	
Total	13.147	(9)	13.138		13.147	(9)	13.138	

	31/12/2012				31/12/2012			
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber (líquido)		Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber (líquido)	
Prestamista	9.642	(152)	9.490		9.642	(152)	9.490	
Acidentes pessoais coletivos	257	(2)	255		257	(2)	255	
Desemprego/perda de renda	34	-	34		34	-	34	
Vida em grupo	257	(39)	218		257	(39)	218	
Seg. habit. apol. merc. - prestamista	82	(73)	9		82	(73)	9	
Seg. habit. apol. merc. - demais coberturas	33	(31)	2		33	(31)	2	
Total	10.305	(297)	10.008		10.305	(297)	10.008	

a) Prêmios a receber por prazo de vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
Vencidos	1.549	341
De 1 a 30 dias	1.548	285
De 31 a 60 dias	1	56
A vencer	11.589	9.667
A vencer de 1 a 30 dias (*)	11.589	9.667
Total	13.138	10.008

(*) Os prêmios de RVNE está classificado como a vencer de 1 a 30 dias.

b) Movimentação de prêmios

Apresentamos a seguir os montantes referentes a movimentação de prêmios incluso a PPNG/RVNE (sem DPVAT):

Ramos	Saldo em 31/12/2012	(+) Prêmios emitidos	(-) Prêmios Recebidos	Saldo em 31/12/2013
Prestamista	9.490	128.790	(126.634)	11.646
Acidentes pessoais coletivos	255	5.552	(5.492)	315
Desemprego/perda de renda	34	99	(110)	23
Renda de eventos aleatórios	-	42	(42)	-
Vida em grupo	218	2.111	(2.061)	268
Seg. habit. apol. merc. - prestamista	9	2.661	(2.004)	666
Seg. habit. apol. merc. - demais coberturas	2	992	(774)	220
Total	10.008	140.247	(137.171)	13.138

Ramos	Saldo em 31/12/2011	(+) Prêmios emitidos	(-) Prêmios Recebidos	Saldo em 31/12/2012
Prestamista	104	119.065	(109.679)	9.490
Acidentes pessoais coletivos	4.947	11.439	(16.131)	255
Desemprego/perda de renda	4.877	4.592	(9.435)	34
Vida em grupo	682	1.712	(2.176)	218
Seg. habit. apol. merc. - prestamista	-	17	(8)	9
Seg. habit. apol. merc. - demais coberturas	-	11	(9)	2
Total	10.610	136.836	(137.438)	10.008

c) Movimentação da redução ao valor recuperável

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial		

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

I - Provisões judiciais segregadas por natureza

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade de processos	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor provisionado
Obrigações legais (*)			2	30.373
Provisão para riscos:				
Trabalhistas	14	591	5	83
Cíveis	669	4.644	636	3.443
Tributária	1	101	-	-
Subtotal	684	5.336	641	3.526
Total	684	5.336	643	33.899

(*) Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, a Pan Seguros S.A. aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 e 2012, pagando à vista os débitos, e desistiu da discussão judicial existente. Conseqüentemente, as respectivas provisões existentes na empresa foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente (Nota 29).

II - Movimentação das provisões

	31/12/2013					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo no início do exercício	83	3.443	-	3.526	30.373	33.899
Constituições	520	4.422	101	5.043	6.337	11.380
Baixas	(12)	(3.221)	-	(3.233)	(36.710)	(39.943)
Saldo no fim do exercício	591	4.644	101	5.336	-	5.336
	31/12/2012					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais	Total
Saldo no início do exercício	193	4.671	18	4.882	25.910	30.792
Constituições	84	3.699	-	3.783	7.522	11.305
Baixas	(194)	(4.927)	(18)	(5.139)	(3.059)	(8.198)
Saldo no fim do exercício	83	3.443	-	3.526	30.373	33.899

III - Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

No 4º trimestre de 2011 a Pan Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano-base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

20) OBRIGAÇÕES A PAGAR

	31/12/2013	31/12/2012
Juros sobre capital próprio/dividendos	7.234	2.117
Refis	821	962
Provisão para pagamentos a efetuar	4.925	721
Outros	3.483	911
Total	16.463	4.711

21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social está representado por 339.313.199 ações, sendo 339.207.035 ações ordinárias e 106.164 ações preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros
A conta de reserva de lucros da Seguradora é composta por reserva legal, reserva estatutária e dividendo adicional proposto.
Reserva legal - nos termos do estatuto social, a Seguradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$ 2.024 (31/12/2012 - R\$ 9.484).
Reserva de lucros nos termos do estatuto social a quantia equivalente a 90% do lucro para formação de reserva especial de lucro, até o limite de 80% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013, o montante é de R\$ 97.952 (31/12/2012 - R\$ 87.431), o excesso da destinação da reserva especial de lucros será deliberada em AGO de março de 2014.

c) Dividendos propostos
Em AGO realizada em 28/03/2013, foi deliberada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 30.500, que foram pagos no exercício de 2013 e em AGE realizada em 10/02/2014, foi deliberada a distribuição de dividendos extraordinários no valor de R\$ 55.000.

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, são como segue:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponível	10	-	9	-
Banco PAN	10	-	9	-
Prêmios a receber	379	1.638	510	1.163
Banco PAN	-	970	68	653
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	2	78
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	-	2	-	10
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	-	213	17	163
BrazilianMortgages Companhia Hipotecária	8	108	261	163
BrazilianSecurities Companhia de Securitização	371	72	60	37
BrazilianFinance& Real Estate S.A.	-	6	2	16

		31/12/2013		31/12/2012	
		Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
BM sua Casa	Ligada	-	264	24	118
PanamericanoAdm e Corretagem	Ligada	-	1	-	-
Títulos e créditos a receber		9	23	1.211	351
Banco PAN	Controladora	-	-	937	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	Controlada	-	-	274	274
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Ligada	4	-	-	77
BM sua Casa	Ligada	5	23	-	-
Títulos e créditos a pagar		(64)	82	-	-
Banco PAN	Controladora	(64)	82	-	-
Valores a Receber de sociedades ligadas		18	23	-	-
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	Controlada	13	-	-	-
BM sua Casa	Ligada	5	23	-	-
Despesa com Comissão PanamericanoAdm e Corretagem	Ligada	-	(25.107)	-	(3.941)
Despesa com Adm. de apólices e contratos		-	(3.945)	-	(4.090)
Banco PAN	Controladora	-	(3.945)	-	(4.090)
Dividendos/JCP propostos		(7.233)	(7.233)	(2.117)	(2.117)
Banco PAN	Controladora	(7.233)	(7.233)	(2.117)	(2.117)

b) Remuneração dos administradores

No exercício de 2013 não houve pagamento aos administradores da Seguradora.

23) PRÊMIOS GANHOS

Os principais ramos em que a Seguradora atua são:

Ramos	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade - %		Índice de comissionamento - %	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prestamista	74.137	18.978	12,57	(6,23)	10,58	2,24
Acidentes pessoais coletivos	7.837	30.572	9,83	2,28	0,18	0,95
Desemprego/perda de renda	7.484	8.346	25,37	21,27	(0,69)	2,16
Danos pessoais (DPVAT)	37.893	33.897	87,30	87,92	1,43	1,47
Vida em grupo	357	494	(926,05)	(290,88)	(168,63)	(24,29)
Renda de eventos aleatórios	744	1.154	181,32	161,61	(0,67)	6,76
Seguro habitacional - prestamista	1.623	(51)	28,47	-	(14,48)	41,18
Seguro habitacional - demais coberturas	581	(14)	7,92	-	(13,94)	50,00
Total	130.656	93.376	-	-	-	-

24) SINISTROS OCORRIDOS

	31/12/2013	31/12/2012
DPVAT	33.079	29.802
Prestamista	9.316	(1.182)
Acidentes pessoais coletivos	770	697
Desemprego/perda de renda	1.899	1.775
Rendas de eventos aleatórios	1.349	1.865
Vida em grupo	(3.306)	(1.334)
Seguro habitacional - prestamista	462	-
Seguro habitacional - demais coberturas	46	69
Assistência	224	69
Outros	39	2
Total	43.878	31.694

25) CUSTO DE AQUISIÇÃO

	31/12/2013	31/12/2012
Prestamista	7.842	480
Acidentes pessoais coletivos	14	289
Desemprego/perda de renda	(52)	180
Rendas de eventos aleatórios	(5)	78
Vida em grupo	(602)	(138)
Seguro habitacional - prestamista	(235)	(46)
Seguro habitacional - demais coberturas	(81)	(19)
DPVAT	543	499
Total	7.424	1.323

26) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas	1.582	452
Receitas convênio - DPVAT	3.381	2.995
Redução ao valor recuperável para recebíveis	288	(297)
Total	5.251	3.150

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com administração de apólices	4.081	4.094
Despesas com cobrança	2.179	1.940

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas/reversões com contingências (*)	2.117	(555)
Despesas diversas	4.685	1.081
Total	13.062	6.560

(*) Foi realizada a revisão na base das contingências, ocasionando na baixa de alguns processos judiciais.

	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas operacionais	5.251	3.447
Outras despesas operacionais	(13.062)	(6.857)
Total	(7.811)	(3.410)

27) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas têm a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Serviços de terceiros (i)	2.817	11.015
Pessoal	6.396	3.482
Publicidade e propaganda	2.283	-
Localização e funcionamento	1.190	238
Convênio DPVAT	2.350	2.622
Outras despesas	420	96
Total	15.456	17.453

(i) Essa redução refere-se a mudança no perfil de parcerias na comercialização de produtos da Companhia. Em 2013, o canal de comercialização foi exclusivamente Corretores de Seguros.

28) DESPESAS COM TRIBUTOS

	31/12/2013	31/12/2012
PIS	819	591
COFINS	5.037	3.634
Outros tributos federais e municipais (*)	861	697
Total	6.717	4.922

(*) Refere-se basicamente à taxa de fiscalização da SUSEP.

29) RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa - públicos	19.330	16.514
Títulos de renda fixa - privados	1.420	976
Adesão PIS/COFINS - Refis	7.756	-
Outras receitas financeiras	5.203	6.221
Subtotal	33.709	23.711
Despesas financeiras		
Operações de seguros e resseguro (*)	(2.788)	(2.903)
Outras despesas financeiras	(1.703)	(1.692)
Subtotal	(4.491)	(4.595)
Total líquido	29.218	19.116

(*) Refere-se, principalmente, as operações da Seguradora Líder- DPVAT.

30) RESULTADO PATRIMONIAL

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas de alugueis	159	107
Resultado de equivalência patrimonial	197	4.896
Dividendos	1	54
Depreciação/conservação e reparos	(105)	(145)
Redução ao valor recuperável (i)	(11)	(181)
Total	241	4.731

(i) Refere-se ao investimento na Maricultura Netuno e Embraer.

31) GANHOS E PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro na alienação de investimentos	-	568
Prejuízo na alienação de bens	-	(173)
Outros	1	-
Total	1	395

32) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Benefícios a empregados - a Seguradora contribui mensalmente para a Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, com um percentual sobre a folha de pagamento dos participantes, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade da Seguradora como patrocinadora. No exercício em 31 de dezembro de 2013, o montante dessa contribuição foi de R\$ 32 (31/12/2012 - R\$ 40).
Em 04/12/2013 a Seguradora iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais.
Essa medida foi definida devido ao fato do Grupo Pan não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

b) Cobertura de seguros do ativo imobilizado
A Seguradora adota a política de contratar coberturas de seguros de bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais sinistros, levando em consideração a natureza de suas atividades.

ATUÁRIO	
Atuário Responsável Técnico Ricardo César Pessoa - MIBA 1076	
CONTADOR	
Fabio Roberto Pereira CRC 1SP239076	

São Paulo, 14 de fevereiro de 2014	
Ricardo César Pessoa Atuário Responsável Técnico - MIBA 1076	Bruna Takata Atuária - MIBA 1670
Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. CNPJ 57.125.353/0001-35 CIBA - 33	
Carlos Alberto Borges do Nascimento Diretor Responsável Técnico Pan Seguros S.A.	

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014	
Opinião	
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).	

PwC	
PricewaterhouseCoopers Audidores Independentes CRC 2SP000160/O-5	
Edison Arisa Pereira Contador CRC 1SP127241/O-0	

De acordo com o disposto na Resolução CNSP nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial de cada um dos ramos de seguro operacionalizados pela Pan Seguros S.A., no exercício de 2013.
A Avaliação Atuarial foi elaborada a partir dos efetivos períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de seguros em vigor em 30/09/2013, 31/10/2013, 30/11/2013 e 31/12/2013, recalculando, para cada ramo, as correspondentes provisões técnicas contabilizadas nestas datas-base.
O recálculo das provisões técnicas determina a totalidade dos compromissos financeiros que a Seguradora terá com o pagamento dos sinistros já ocorridos e que ainda vão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de seguros em vigor